GUIRALDELLI JR., Paulo (Org.). **O que é filosofia da educação?** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A: 2000. 326p.

Resenhado por Heraldo Aparecido Silva[71]

A obra “O que é filosofia da educação?” reúne dez artigos de autores brasileiros e estrangeiros, com vasta experiência docente que, a partir de diferentes perspectivas e abordagens, versam sobre o tema filosofia da educação.

No primeiro artigo “O que é filosofia da educação – uma discussão metafilosófica” (p.7-87), Paulo Ghiraldelli Jr. (UNESP/Marília), responsável pela organização do livro e também pela tradução de três dentre os quatro artigos escritos originalmente em inglês, propõe responder à questão que intitula a obra a partir de uma abordagem filosófica da educação, cujo percurso histórico inicia na modernidade (Iluminismo e Romantismo) e cessa na contemporaneidade (filosofia analítica e pragmatismo). A despeito da familiaridade demonstrada na apresentação de tópicos educacionais e filosóficos, além do didatismo com que o autor procura articular idéias de ambos os campos, em alguns momentos, o texto revela-se hermético para leitores que desconhecem *grosso modo* a história da filosofia ocidental e aspectos técnicos da epistemologia, da filosofia analítica, da filosofia da linguagem e do pragmatismo.

No segundo artigo, “A filosofia da educação no fim do século XX” (p. 89-120), Paul Smeyers (Universidade de Leuven/Bélgica) e James Marshall (Universidade de Auckland/Nova Zelândia), discorrem sobre o “estado da arte” da Filosofia da educação nos países de língua inglesa e na Europa Ocidental. Esse corte geográfico é explicado teoricamente porque na abordagem escolhida pelos autores a filosofia da educação é retratada como uma variante da filosofia em geral. Assim, a predominância do tipo de filosofia praticada na Europa, Grã-Betranha e Australásia reflete também na intervenção dos filósofos no campo educacional: primeiro a virada teórico-metodológica de elucidação conceitual e lingüística característica da tradição filosófica analítica anglo-saxã e, posteriormente, a crítica à posição de fundamentação da Filosofia, encontradas não apenas no neopragmatismo de Rorty e Bernstein (EUA), mas também no pós-modernismo de Foucault, Derrida e Lyotard (França) e da hermenêutica de Gadamer (Alemanha). No decorrer do artigo, os autores revelam que, nos anos de 1980, o entusiasmo pela filosofia da educação fez com que muitos pesquisadores, ao buscarem excessivamente fundamentação filosófica para legitimar suas idéias, acabaram por profissionalizar a filosofia da educação e, com isso, notaram que ela “tinha perdido o contato com os educadores” (p. 99-100). Os autores encerram sua exposição com a sugestão que os caminhos das duas principais correntes filosóficos-educacionais do século XX podem se cruzar no estudo das idéias do “segundo” Wittgenstein. No texto, entanto, essa “filosofia da educação wittgensteiniana” é apenas esboçada.

No terceiro artigo, “As dúvidas pós-modernas e a filosofia da educação” (p. 121-137), de Nicolas Burbules (Universidade de Illinois/EUA) temos um interessante contraponto ao texto anterior. Isso porque a idéia de uma filosofia da educação pós-moderna é dificultada pela própria conceituação do que é pós-moderno, visto que o mesmo “não é uma posição teórica específica, mas uma tendência intelectual que compreende várias e bem distintas teorias

[71] Professor de Filosofia da Educação e Coordenador do Núcleo de Estudos em Filosofia da Educação e Pragmatismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

filosóficas” (p. 121). Diante desse impasse, o autor avalia que o que está subjacente às “várias correntes pós-modernas [...] não é um conjunto de teses ou posições, mas um humor ou atitude comum” (p. 129). Diante de tal quadro, é sugerido que podemos desafiar a educação tradicional utilizando narrativas orientadas por três *tropos* (as formas irônica, trágica e paródica), com o intuito de ganhar um distanciamento crítico acerca de nossa própria atividade docente, o que “também permite uma cautelosa suspeita da tendência de professores, textos e métodos em tornarem-se hipostasiados, arraigados” (p. 135). Em suma, a atitude pós-moderna seria um “corretivo contra a arrogância, contra a complacência e contra o fechamento de certas questões como resolvidas” (p. 137).

No quarto artigo, “Nietzsche: uma provocação para a filosofia da educação”, de Nadja Hermann (UFRGS), a autora inicialmente discorre sobre as relações entre a filosofia e a educação, a dependência teórica das questões educacionais em relação à filosofia, da antiguidade até o séc. XVIII e o paulatino afastamento educacional das teorias filosóficas à medida que a pedagogia, nos últimos dois séculos “começa a formar-se como disciplina científica” (p. 139). Posteriormente, a partir da justificativa que é “sob a os auspícios da tradição dos grandes sistemas filosóficos que se articulam os *fundamentos da educação*”, a autora passa a tratar da crítica de Nietzsche à “idéia de filosofia como fundamento” e conduz o restante do texto à discussão de tópicos do pensamento nietzscheano, onde o tema da filosofia da educação fica relegado a parcos apontamentos (p. 141-142).

No quinto artigo, “Notas deleuzianas para uma filosofia da educação” (p. 157-184), Silvio Gallo (UNIMEP/UNICAMP) apresenta as linhas gerais do pensamento do filósofo francês Gilles Deleuze e as conseqüências dessa orientação para uma filosofia da educação. Um dos aspectos interessantes é que tal filosofia da educação deleuziana romperia com a visão tradicionalmente adotada no Brasil, segundo a qual, a filosofia da educação seria uma “reflexão sobre os problemas educacionais” (p. 179). Para o autor, essa concepção seria considerada “pobre e reducionista”, visto que para Deleuze qualquer reflexão *sobre* alguma coisa é um refúgio para a filosofia que nada cria. E, provocadoramente, ele afirma que “o filósofo da educação deve ser um criador de conceitos” e “deve ter intimidade com os problemas educacionais” (p. 182). Além disso, visto que o filósofo da educação é, antes de tudo, um filósofo que *pode* e *deseja* adentrar o “território da Educação”, a sua atividade relativa aos “problemas de que trata a filosofia, suscitados pela educação, não são exclusivamente educacionais, mas muito mais abrangentes” do que sugere a filosofia da educação como reflexão sobre a educação (p. 183).

No sexto artigo, “Filosofia da educação: uma outra filosofia?” (p. 185-204), Tarso Bonilha Mazzotti (UFRJ), oferece um exame minuciosos do estatuto da filosofia da educação que, para ele, “parece ter uma tarefa central: a de elucidar o conhecimento educacional, particularmente as teorias pedagógicas, por meio de análises lógicas, dialéticas e retóricas. Essas análises sustentam-se nos instrumentos constituídos para realizar o exame de enunciados sobre a verdade, no caso da lógica; para a crítica dos enunciados hipotético-dedutivos no caso da dialética e/ou lógica indutiva; e para a avaliação dos enunciados que buscam a persuasão e o prazer no caso da retórica” (p. 188). A filosofia da educação também teria uma dimensão ético-política, pois teria o papel de “determinação dos valores educativos” a serem “desenvolvidos nas escolas” (p.189). Além disso, ao filósofo da educação também caberia a tarefa de “crítica dos conhecimentos educacionais”, elencados como: “conhecimentos imediatos produzidos pelos educadores; as teorias pedagógicas constituídas por

conhecimentos científicos, filosóficos e práticos (didática, por exemplo); e os metapedagógicos, que examinam os anteriores" (p. 192). Na argumentação do autor, somos levados a suspeitar da concepção segundo a qual a filosofia da educação é meramente a "aplicação de uma filosofia" para, em contrapartida, considerá-la "uma das ciências da educação" (p. 199). Nessa perspectiva, como as práticas educativas, vistas como práticas sociais demandariam "o concurso de diversas ciências para aprender as linhas de força envolvidas na ação", a filosofia da educação seria responsável pela "coordenação interdisciplinar com vistas a reconstruir a totalidade das relações pedagógicas" (p. 199). Isso porque, embora as outras ciências da educação produzam teorias pedagógicas que "são recortes que estabelecem objetos próprios", elas também são "teorias sobre os valores educativos", sobre as quais a filosofia da educação poderia proceder ao exame e crítica a partir de seu instrumental lógico-dialético-retórico, num "grande esforço conceitual para a instauração da interdisciplinaridade" (p. 202). Finalmente, o autor encerra seu artigo com a seguinte advertência: "[...] o ensino da filosofia da educação requer o reexame do estatuto dessa disciplina" (p. 202).

No sétimo artigo, "Orientação para a filosofia da educação" (p. 205-223), David P. Ericson (Universidade do Hawaii/EUA) discorre sobre quatro estratégias pedagógicas para "introduzir estudantes no campo da filosofia da educação", visto que para ele, é notório o fato que a maioria dos estudantes "vem para a área com pouca preparação e base em filosofia como uma disciplina de investigação" (p. 205). A primeira estratégia, que consiste em "tratar a filosofia da educação como a *história* da filosofia da educação" resulta em cursos que são "freqüentemente estudos sobre o que pensadores particulares pensaram historicamente sobre educação" (p. 206). Nessa perspectiva, a conexão com a educação prática fica obscurecida pelas teorias filosóficas. A segunda estratégia, também com forte base histórica, consiste em "apresentar a filosofia da educação como um confronto de 'ismos': realismo, idealismo, empirismo, racionalismo, pragmatismo, existencialismo e assim por diante" (p. 206). Nesta vertente, embora haja a preocupação de se tentar "estabelecer implicações para a prática educacional", os professores também podem ceder à tentação de tentar convencer seus alunos a adotarem sua corrente filosófica favorita como norteadora (p. 206-207). A terceira estratégia é similar à primeira, "mas com uma virada crítica" porque a abordagem histórica é complementada pela intervenção do professor "que se envolve em um diálogo crítico [...] apresentando argumentos, em uma abordagem que avalia forças e sonda fraquezas" (p. 207). A desvantagem nessa abordagem reside no fato de os alunos, ávidos por "instrumentos de prática de sala de aula", ao tomarem conhecimento dos acertos e erros dos filósofos, freqüentemente concluam que não há relevância prática no estudo de "autores que nunca parecem estar certos" (p. 207). A quarta estratégia difere das demais porque é descrita genericamente, "como uma abordagem não histórica", que "tende a ser a de problemas orientados ou conceitos orientados" e procura estimular os estudantes a "pensar corretamente de uma maneira filosófica", ou seja, através dos métodos de análise filosófica (p. 208). No restante do texto, o autor faz uma análise de três obras sobre filosofia da educação que, segundo ele, "exemplificam os diferentes graus dessas quatro abordagens pedagógicas" (p. 208-209). Por fim, a preferência do autor pela última abordagem é manifestada nitidamente.

No oitavo artigo, "Escrevendo o eu: Wittgenstein, confissão e pedagogia" (p. 225-245), Michael Peters (Universidade de Auckland/Nova Zelândia) argumenta que "há conexões similarmente fortes entre as práticas confessionais e a pedagogia" (p. 226). Com base nas idéias de Wittgenstein, Santo Agostinho e Foucault, o autor defende que as práticas

confessionais, autobiográficas e aforismáticas nos compelem a "dizer a verdade sobre nós mesmos e, assim, criar condições para uma autoconstrução *ético-poética*" (p. 226). Isso porque "o gênero filosófico redimido" da confissão, cujo significado na raiz latina *confessio* remete ao reconhecimento sob a forma de uma declaração ou de uma revelação constitui também um texto pedagógico caracterizado pelo exercício espiritual marcado pelo critério da honestidade (p. 231). Embora o ensaio proponha a similaridade entre a criação poético-literária e a atividade docente, visto que em ambas as áreas há ou deveria haver sempre o compromisso com "a construção do significado" e não meramente a reprodução da "pedagogia da narrativa da verdade" (p. 244). A despeito das possibilidades apontadas no decorrer do ensaio, o texto encerra subitamente com a indicação de várias problemáticas que, como num incentivo, sugerem ao leitor, que ele mesmo explore as variantes desse jogo de linguagem.

No nono artigo, "John Dewey, a outra face da Escola Nova no Brasil" (p. 247-264), Marcus Vinícius Cunha (UNESP/Ribeirão Preto) procura resgatar a importante influência do pragmatista norte-americano no "movimento educacional renovador", a Escola Nova, entre os anos de 1920 e 1930. Após discorrer especificamente sobre a forte presença do ideário deweyano no discurso pedagógico brasileiro da época, o autor procura justificar o posterior ostracismo de Dewey, alegando que o discurso pedagógico "é um tipo de discurso que possui a peculiaridade de não precisar render fidelidade exclusiva a nenhum paradigma científico ou filosófico" e também, que "não é de se estranhar que os educadores componham seus textos com base em conceitos oriundos de escolas filosóficas e científicas diversas" (p. 261). Nessa perspectiva, se considerarmos a abordagem e a especificidade da contribuição dada pelo autor, além da diversidade teórica encontrada nos demais artigos, podemos compreender que tal justificativa também pode ser aplicada na caracterização de quase toda a presente obra.

No décimo artigo, "A filosofia da educação no Brasil: esboço de uma trajetória" (p. 265-326), Antonio Joaquim Severino (USP) oferece uma ampla descrição histórica da presença da filosofia da educação no Brasil. Sobre o conceito de Filosofia da Educação, o próprio autor adverte que, a despeito "de seu óbvio sentido de que se trata de *um refletir filosoficamente sobre a educação* [...] a dificuldade está exatamente no entendimento do que vem a ser esse 'refletir filosoficamente' sobre um objeto" (p. 269). Em seguida, o autor afirma que o objetivo de seu texto não é responder tal questão, mas sim, indicar a existência de diferentes concepções para a atividade filosófica, todas elas demarcadas pela idéia que o "o sentido da Filosofia da Educação é um pensar sistemático sobre a educação" (p. 269). Assim, a reflexão filosófico-educacional de Severino oferece importantes informações a respeito de concepções, discursos, ações, orientações e pesquisas pretéritas e hodiernas no campo da filosofia da educação. O registro sistemático de tais elementos oferece um minucioso quadro teórico da filosofia da educação no Brasil, que resulta na identificação de "grandes círculos hermenêuticos" (p. 284), isto é, os grupos acadêmicos que compartilham de pressupostos teóricos ou referências filosóficas relativamente comuns no estudo da filosofia da educação.

À primeira vista, a organização da obra "O que é Filosofia da Educação" pode sugerir que o eixo temático principal, a discussão do estatuto da filosofia da educação, foi diluído em outras variantes, tais como: os aspectos históricos da filosofia da educação e filosofia da educação no Brasil, a presumida filosofia da educação de um determinado filósofo, as tendências atuais na filosofia da educação, uma metafilosofia da educação e novas propostas para pesquisa e prática pedagógica na disciplina filosofia da educação. Como a obra carece de uma apresentação que pudesse justificar esse amálgama, somos levados a crer

que, parte dos articulistas, ao apresentaram seus textos, defenderam seu ponto de vista acerca do estatuto da filosofia da educação com discussões sobre o que deveria ser praticado na filosofia da educação. Essas idiossincráticas predileções podem, inclusive, ser explicadas no decorrer dos artigos que discutem os diferentes tipos de abordagem e orientação disponíveis aos professores e pesquisadores em filosofia da educação. Além disso, a relevância da obra parece residir justamente na liberdade estilística, na solidez teórica das discussões e na riqueza de informações. Finalmente, considero que a obra constitui leitura necessária para estudantes, professores e pesquisadores no campo da educação, particularmente, aqueles cujo interesse acadêmico e profissional remete à área de filosofia da educação.